



O Caderno 2 e a construção da universidade desde uma perspectiva popular


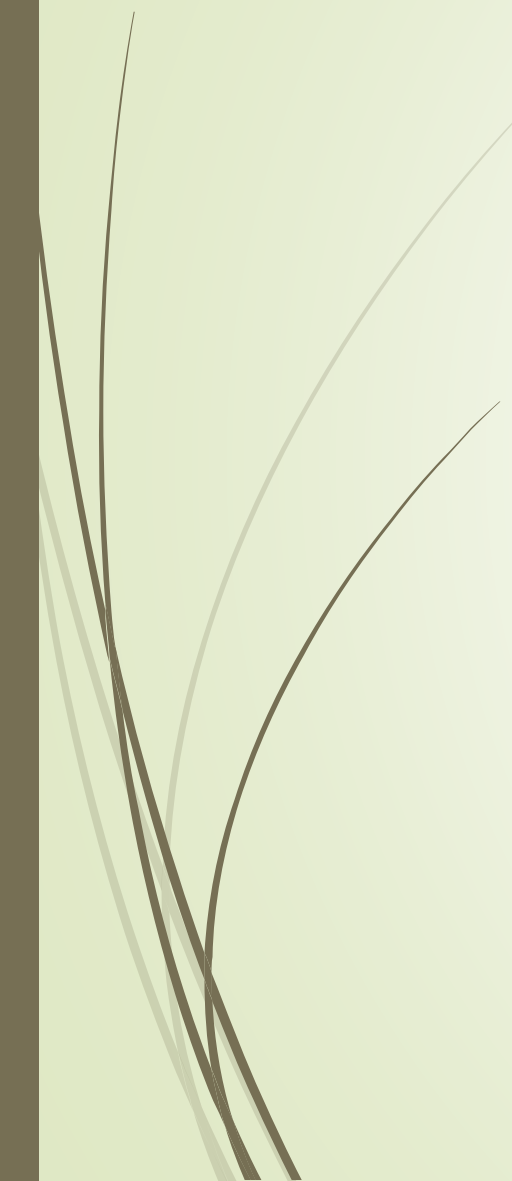
Elizabeth Barbosa /Base da ADUFF SS e do GTPE


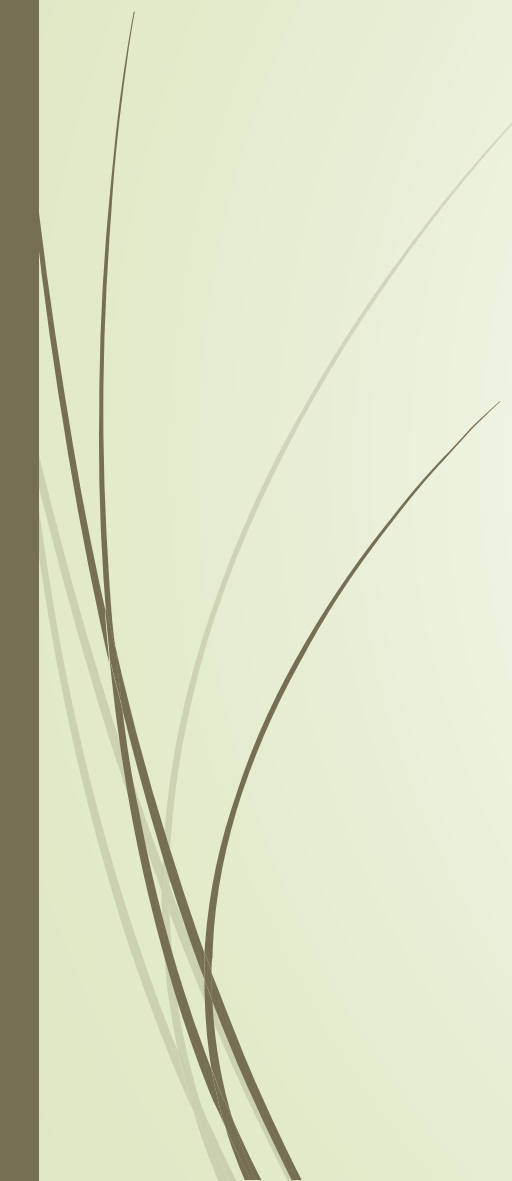



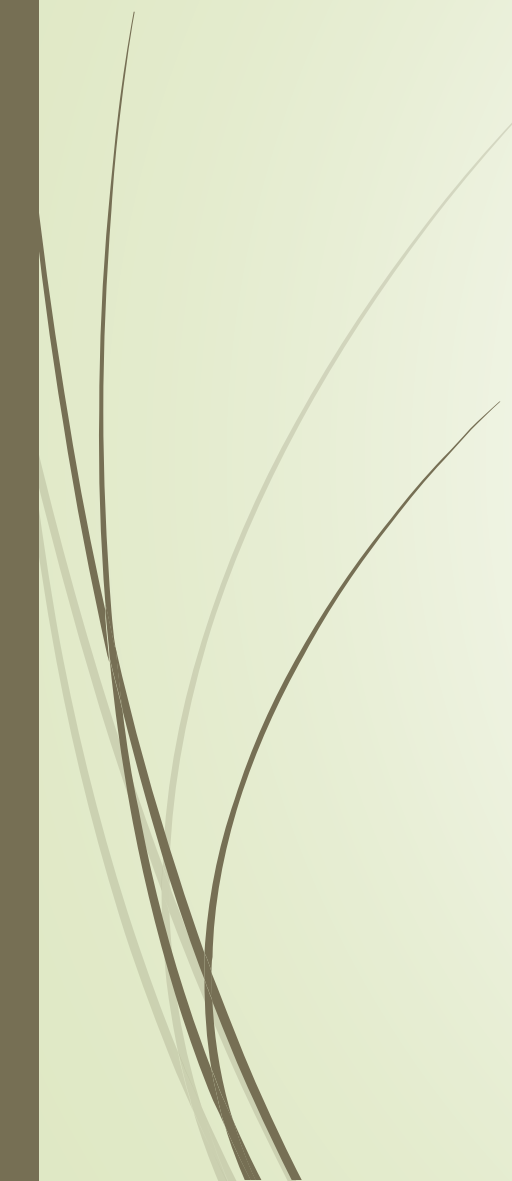
CADERNO 2

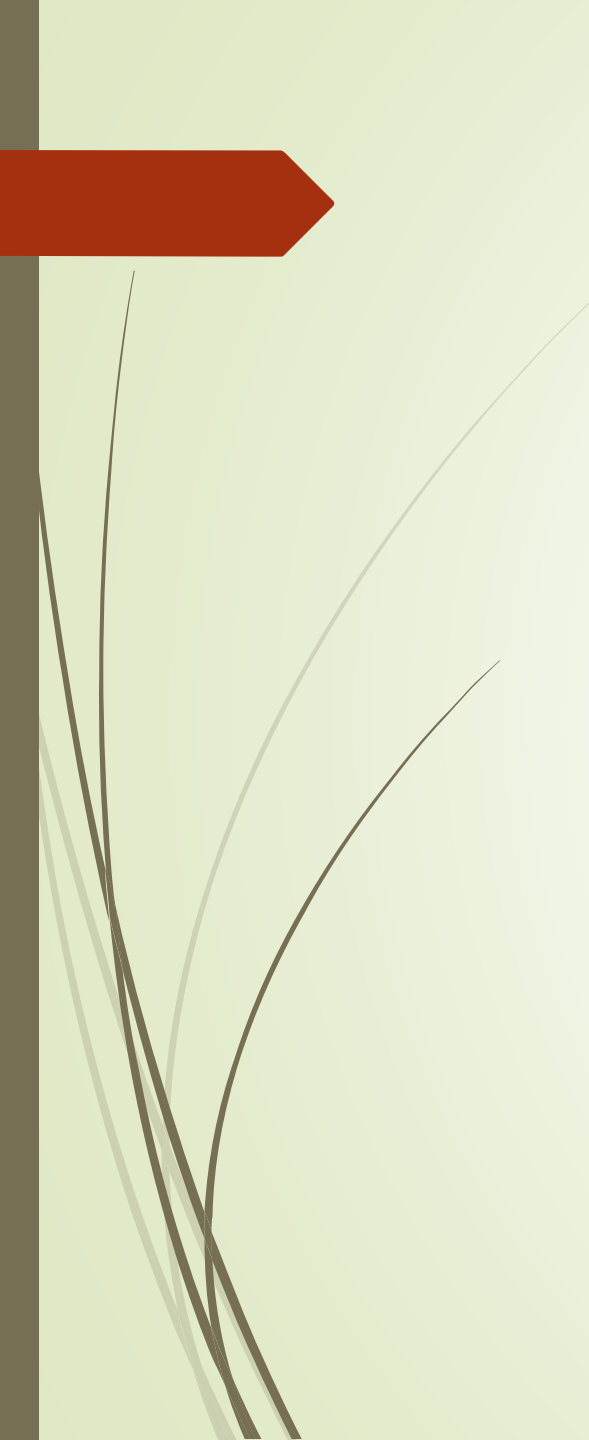
Contexto Histórico


- O primeiro Grupo de Trabalho, criado já no I ENAD de 1979, foi, justamente, o de Políticas Educacionais, com a finalidade de elaborar uma proposta preliminar do projeto de universidade a ser defendido pela ANDES.
- Em junho de 1982, o V Conselho Nacional de Associações Docentes - CONAD, que se realizou em Belo Horizonte, aprovou a primeira versão apresentada ao Ministério da Educação e Cultura - MEC naquele ano.



- 
- 
- Ainda em 1982, preocupada em discutir a questão da universidade com outros setores da sociedade, a Associação Nacional dos Docentes de Ensino Superior - ANDES articulou-se à Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - SBPC, à Ordem dos Advogados do Brasil - OAB e à Associação Brasileira de Imprensa - ABI.
 - Em reunião realizada no Rio de Janeiro, os presidentes e/ou representantes dessas quatro entidades firmaram um acordo de ação comum no sentido de apresentar proposições sobre a reestruturação da universidade brasileira com base nos seguintes princípios:



- 
- 
- 1- Manutenção e ampliação do ensino público e gratuito;
 - 2- Autonomia e funcionamento democrático da universidade com base em colegiados e cargos de direção eletivos;
 - 3 - Estabelecimento de um padrão de qualidade para o ensino superior, estimulando a pesquisa e a criação intelectual nas universidades;
 - 4 - Dotação de recursos públicos orçamentários suficientes para o ensino e a pesquisa nas universidades públicas;
 - 5 - Criação de condições para adequação da universidade à realidade brasileira;
 - 6 - Garantia do direito à liberdade de pensamento nas contratações e nomeações para a universidade, bem como no exercício das funções e atividades acadêmicas

- 
- 
- Os docentes prosseguiram aprofundando as suas propostas para a universidade brasileira e, em maio de 1985, a ANDES, a União Nacional dos Estudantes - UNE e a Federação dos Servidores das Universidades Brasileiras - FASUBRA promoveram, na Universidade de Brasília, o Seminário Nacional sobre a Reestruturação da Universidade para o qual foram convidados representantes do governo (Ministério da Educação, Ministério da Ciência e Tecnologia, Ministério da Administração), representantes de entidades da sociedade civil organizada, sociedades científicas e de Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras.

- 
- ▶ Durante todo o 1º semestre letivo de 1986, por decisão do V Congresso da ANDES, realizado em Salvador, as associações de docentes retomaram a discussão da reestruturação da universidade e, nos dias 6 e 7 de maio, foi realizada a Jornada Nacional pela Reestruturação da Universidade Brasileira. Fruto dessa discussão, o XIII CONAD, realizado em São Paulo, em junho, ratificou todo o documento aprovado em Olinda, retocando o item 2 do capítulo “Administração Acadêmica”, com o objetivo de torná-lo mais claro e explícito.
 - ▶ O objetivo desse documento foi levar ao Ministério da Educação, ao governo, à sociedade organizada e à opinião pública a posição crítica dos docentes sobre o ensino superior no país e suas propostas concretas para a universidade brasileira

- 
- ▶ Em 1987, foi aprovada a “Plataforma dos Docentes do Ensino Superior para a Constituinte”, no VI Congresso (Goiânia/GO, jan. - 1987) e I Congresso Extraordinário da ANDES (Rio de Janeiro/RJ, maio- 1987).
 - ▶ Ainda durante o período constituinte, iniciaram-se os estudos e discussões sobre uma proposta de lei de diretrizes e bases para a educação nacional que contemplasse os princípios e concepções da ANDES. Depois de inúmeras reuniões de trabalho para a elaboração de textos, seminários, debates em CONAD e Congressos sobre formulações parciais, o processo foi concluído no X Congresso (Curitiba/PR, fev. - 1991), aprovando -se o projeto completo de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB do ANDES-SN, divulgado na Revista Universidade e Sociedade nº 1 (1991).


- 
- 
- Considerando a necessidade de ter-se à mão um instrumento atualizado quanto às propostas do Movimento Docente para a universidade brasileira, especialmente no momento em que se acirrava o embate de projetos para a educação nacional, quando se contrapunham as concepções neoliberal e democrático-popular, o XXIX CONAD (Niterói/RJ, dez. - 1994) aprovou a elaboração de uma nova publicação que cumprisse esse papel.
 - No XV Congresso (Santa Maria/RS, fev. - 1996), foi aprovada a “Proposta da ANDES-SN para a Universidade Brasileira” com destaque para 2o item sobre Caracterização Jurídica. Este, por delegação do XV Congresso, foi apreciado e aprovado no XXXII CONAD (Guaratinguetá/SP, jul. - 1996).

- 
- 
- 22º CONGRESSO (Teresina/PI, mar. - 2003) aprovou que a Diretoria do ANDES-SN apresentasse uma versão atualizada e revisada da “Proposta das Associações de Docentes e da ANDES-SN para a Universidade Brasileira”, contidas no Cadernos ANDES nº 2 (Guaratinguetá, 1996), para apreciação do 46º CONAD.
 - A versão atualizada e revisada do Cadernos ANDES N°2 “A Proposta do ANDES SN para a Universidade Brasileira”, aprovada pelo 46º CONAD, teve, assim como a edição anterior, o objetivo de apresentar ao Ministério da Educação, à sociedade organizada e à opinião pública a posição crítica dos docentes sobre a educação superior e propostas atualizadas para a universidade brasileira além da proposta do ANDES-SN para a educação técnica e tecnológica para as IES.



CADERNO 2 - 2003

- Apresentação
- I - A Universidade, seu papel e a crítica da situação atual
- II- Padrão Unitário de Qualidade
 - 1 - Diversidade e Função Social da Universidade
 - 2 - Princípios que fundamentam o Padrão Unitário de Qualidade
 - 3 - Política de Transição
- III - A Proposta do ANDES-SN para a Universidade Brasileira
 - 1 - A Universidade e a Responsabilidade do Estado com a Educação

- 
- 2 Caracterização Jurídica
 - 3 Autonomia Universitária
 - 4 Financiamento da Universidade
 - 4.1 Proposta do ANDES-SN para o Financiamento da Universidade
 - 4.2 As IES Privadas e a Política de Transição para Alcançar o Padrão Unitário de Qualidade
 - 5 Universidade, Ciência e Tecnologia
 - 5.1 Diretrizes para a Definição de Políticas Acadêmicas de Ciência e Tecnologia
 - 6 Carreira e Política de Capacitação Docente



- 6 Carreira e Política de Capacitação Docente

- 6.1 Projeto de Lei de Carreira Única para o Magistério das Instituições de Ensino Superior


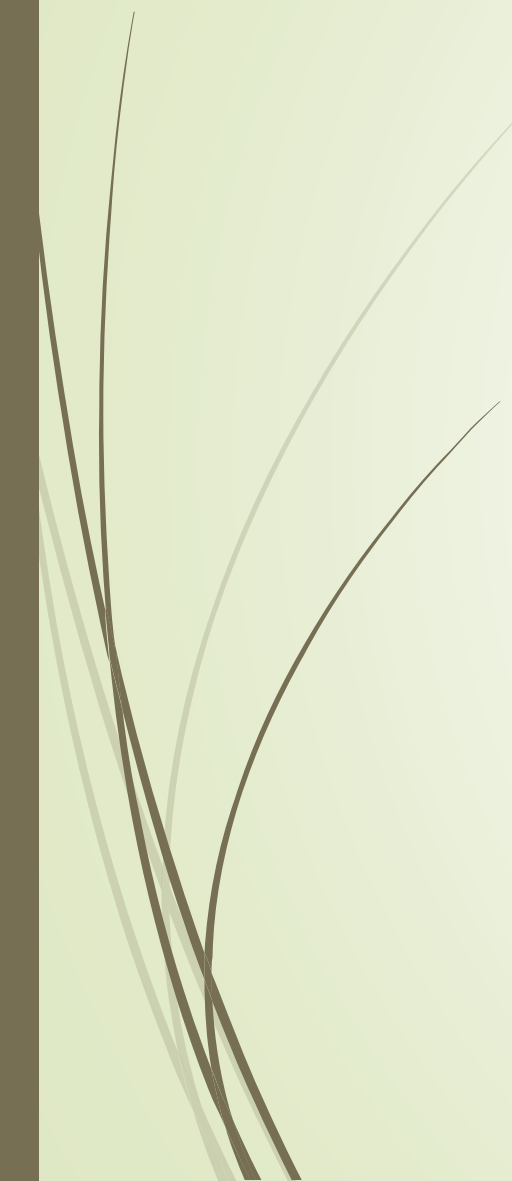
- 6.2 Projeto de Lei que Fixa as Diretrizes do Plano Nacional de Capacitação Docente (PNCD)

- 7 Gestão Democrática

- 7.1 Princípios da Gestão Democrática

- 7.2 Participação Democrática da Comunidade Acadêmica


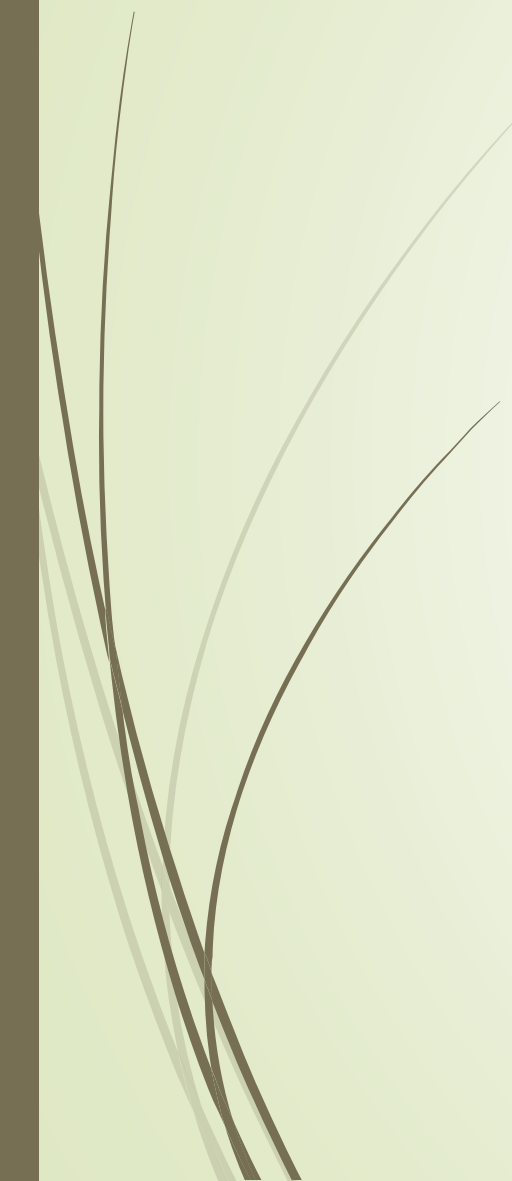
- 7.3 Escolha de Dirigentes


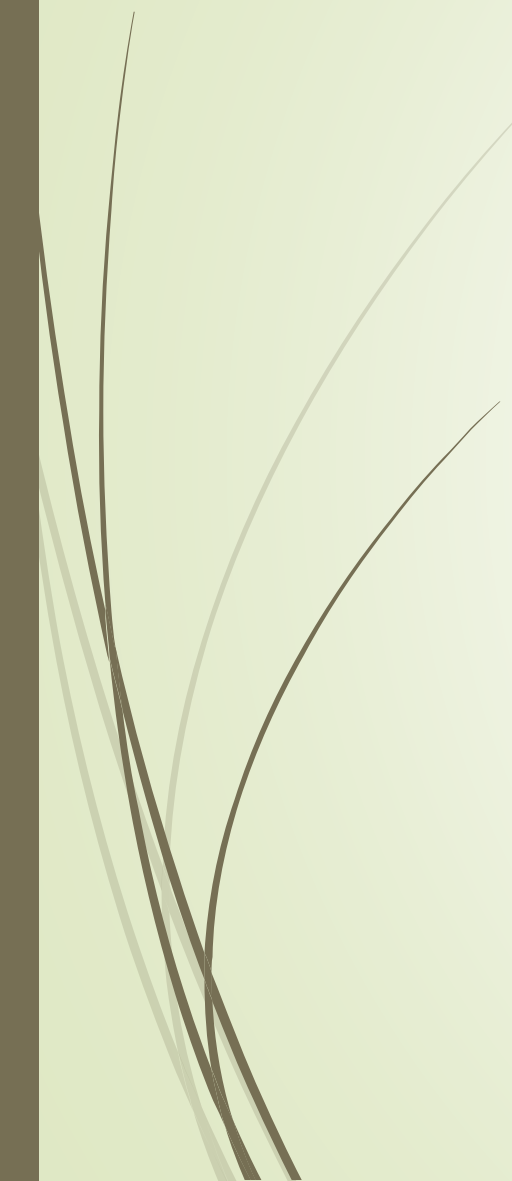
- 
- 
- 8 Avaliação da Educação Superior
 - 8.1 Avaliação institucional: Interna e Externa
 - 8.2 Avaliação Institucional e o Embate de Projetos na Educação Superior
 - 8.3 A Proposta de Avaliação Institucional do Movimento Docente
 - Anexo: A proposta do ANDES-SN para a Educação Técnica e Tecnológica




CADERNO 2 - 2013

- ▶ Na primeira década do século atual, longe de refrear, houve o aumento dos ataques às conquistas da classe trabalhadora. Ademais, setores importantes da luta passaram a relativizar políticas e ações de governos favorecendo a adoção de medidas grosseiras contra a universidade pública: Reestruturação da Universidade, o Prouni, o Pronatec, o PNE do governo, distante do PNE da Sociedade Brasileira, o Reuni, expansão quantitativa sem qualidade e condições necessárias para o ensino, a pesquisa e a extensão, as Reformas Trabalhista e Sindical, a precarização intensa do trabalho e, agora, bem recentemente, a Ebserh, o Funpresp e o Sistema Nacional de Avaliação.

- 
- 
- O 30º Congresso determinou nova atualização do Cadernos ANDES nº 2, cuja estrutura organizativa e conceitual foi apresentada pela diretoria do Sindicato ao 56º CONAD (Maringá/PR, julho de 2011). E, conforme deliberação deste evento, o Cadernos ANDES nº 2 passaria a conter as concepções fundamentais do ANDES-SN sobre as instituições de ensino superior e outra publicação posterior conteria a atualização das análises sobre as políticas educacionais adotadas por sucessivos governos nas últimas três décadas, para ser apresentada ao 57º CONAD (junho de 2012).

- 
- 
- Prologo
 - Apresentação
 - Capitulo I
 - I.1 Estrutura Tributária
 - I.2 Educação Publica
 - I.3 Universidade Pública
 - I.4 Ensino, Pesquisa e Extensão
 - I.5 Educação Técnica e Tecnológica
 - I.6 Gestão Democrática

- 
- I.7 Autonomia Universitária
 - I.8 Financiamento da Universidade
 - Capítulo II
 - II.1 Diretrizes para a Definição de Políticas Acadêmicas de Ciência e Tecnologia
 - III Capítulo
 - III.1 Carreira Docente
 - III.2 Projeto de Lei que fixa as diretrizes do Plano Nacional de Capacitação Docente – PNDC



- Capítulo IV

- IV.1 Princípios que fundamentam o Padrão Unitário de Qualidade no setor público e privado

- Capítulo V

- V.1 Avaliação Institucional e o Embate de Projetos na Educação Superior

- V.2 Avaliação Interna


- V.3 Avaliação Externa


- V.4 implementando o processo da Avaliação Institucional nas IES

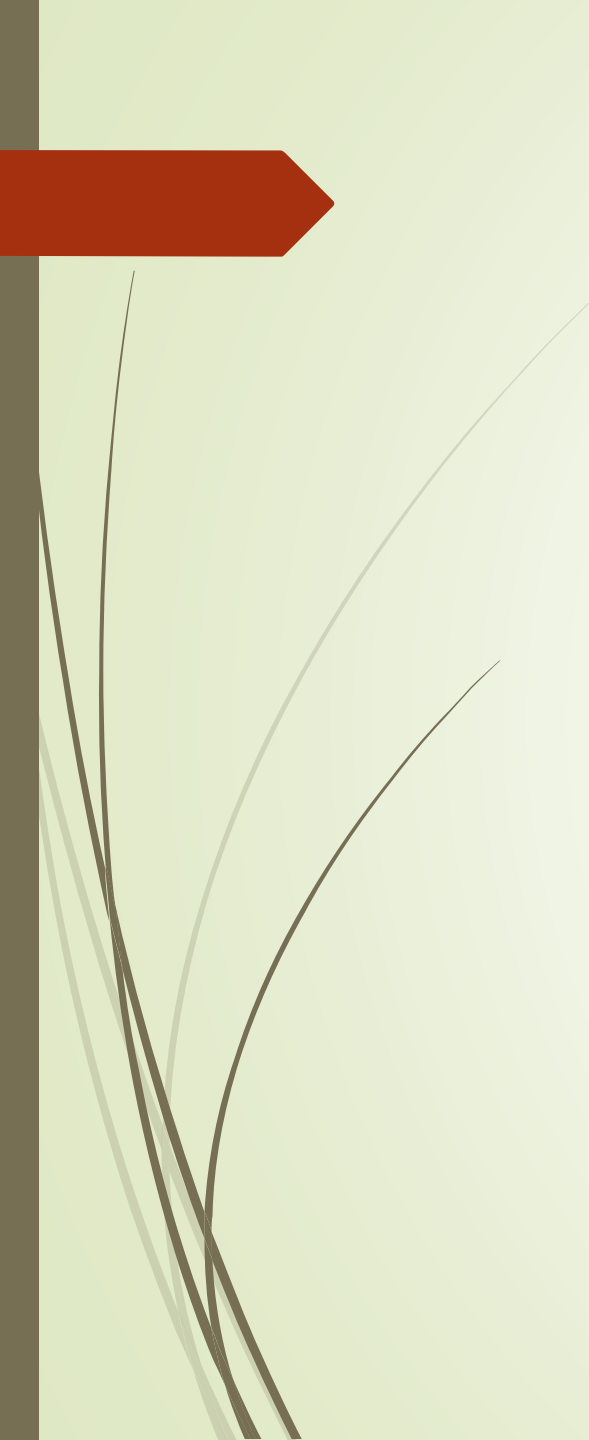



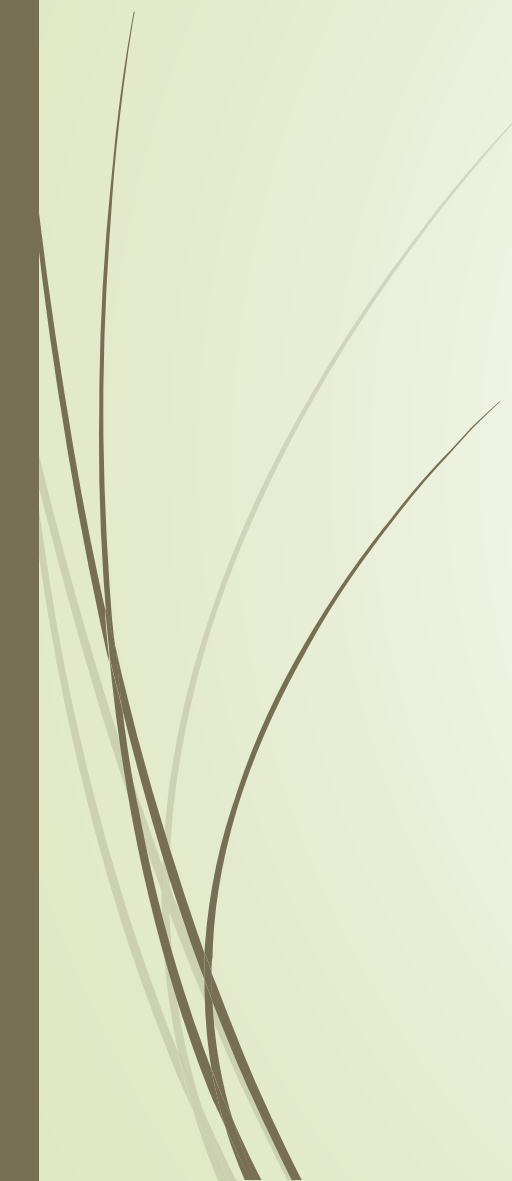
Prólogo

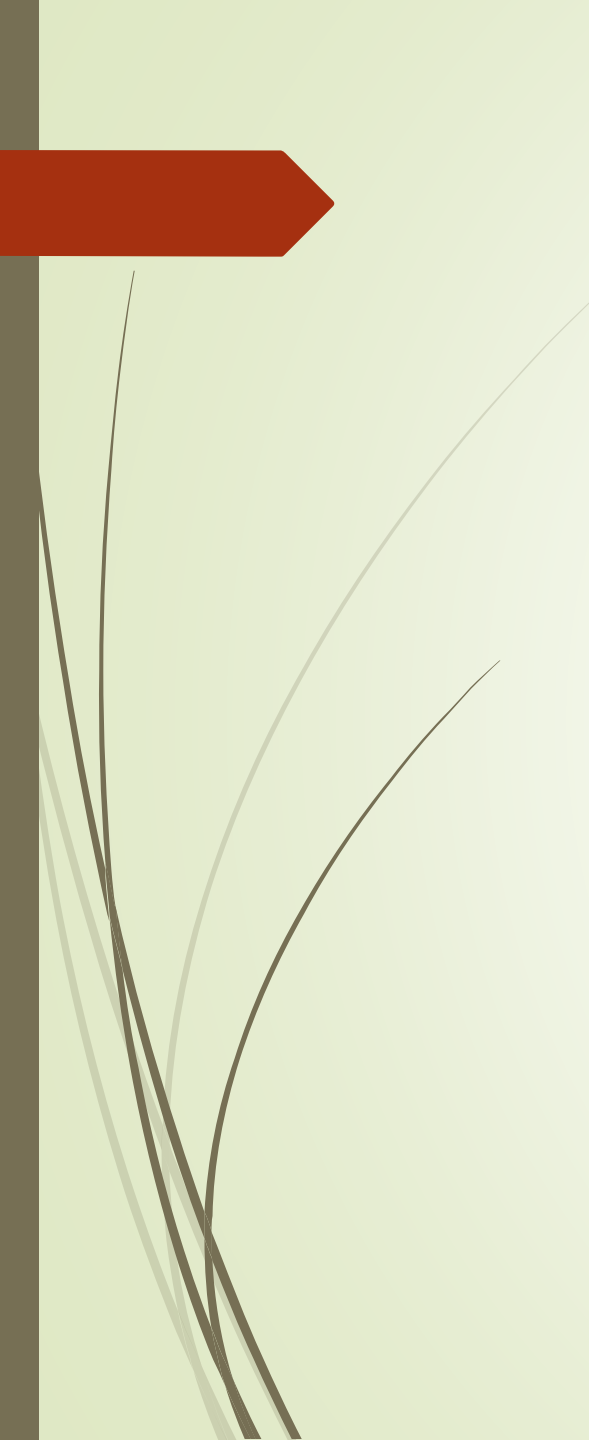
- “...democrática no diálogo, tanto no seu interior quanto com o espaço social” em que está inserida, “...autônoma na produção da ciência, da técnica, das artes e da cultura, livre para criar e com os valores emanados do trabalho humano socialmente produzido.” (p.9)
- ... estabeleça mecanismos de interação com toda a sociedade e promova uma educação formadora de sujeitos históricos comprometidos com a transformação social; ...liberte as potencialidades de construção de um espaço social pertencente a homens e mulheres de todas as origens, comprometidos tão somente com o produzir e o partilhar da arte e da cultura, da ciência e da técnica e de todos os saberes erigidos nos limites de sua finitude, mas de alcance universal.” (p.10)


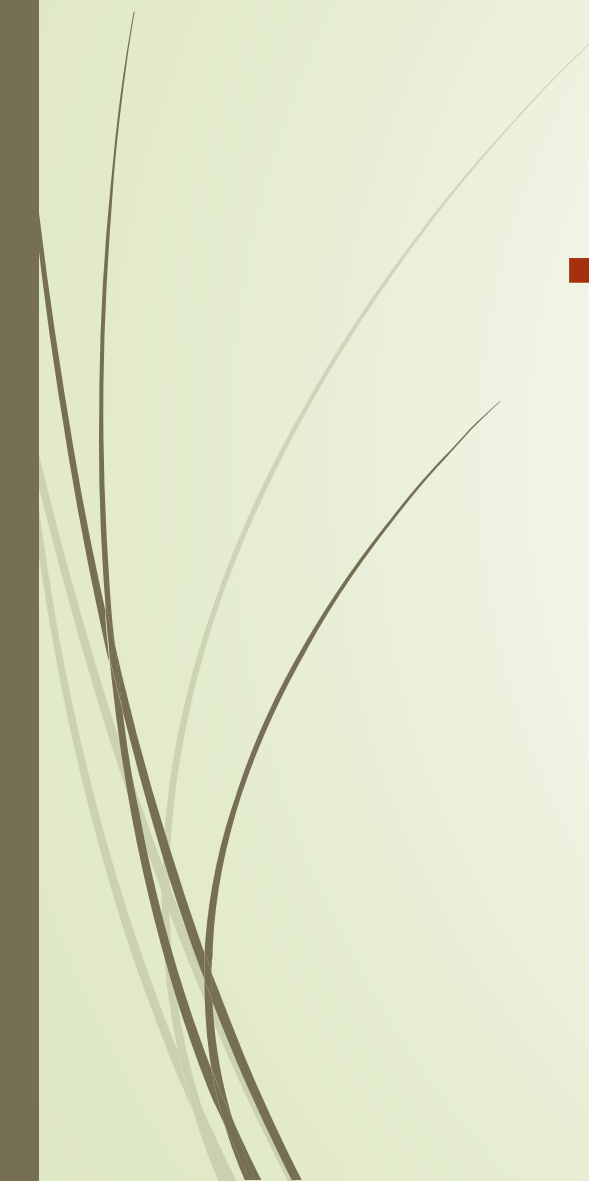
- 
- ▶ Lugar social da Instituição “...é uma das instâncias onde deve ocorrer, de forma integrada, a formação profissional e a reflexão crítica sobre a sociedade, assim como a produção do conhecimento, o desenvolvimento e a democratização do saber crítico em todas as áreas da atividade humana. Suas funções básicas, o ensino, a pesquisa e a extensão, devem ser desenvolvidas de forma equilibrada, articulada e interdisciplinar.” (p.17)
 - ▶ Ensino, pesquisa e extensão “...integração e sistematização de conhecimentos e experiências, articulando o trabalho funcional, acadêmico e científico e promovendo a interdisciplinaridade. Deve ser fomentada a associação dos profissionais em uma mesma área pluridisciplinar de saber, definida apenas em bases acadêmicas e científicas


- 
- É nesta instância que devem ser tomadas as decisões acadêmicas fundamentais, elaborando-se políticas de desenvolvimento e avaliação que propiciem a reflexão crítica, a produção do saber, o aprimoramento do ensino e a ampliação da extensão..” (p.18)
 - Ensino, pesquisa e extensão – avaliação Desenvolver um “...sistema de avaliação institucional do tripé ensino, pesquisa e extensão, entendido como retrospectiva crítica, contextualizado nas demandas sociais e nas condições reais em que se dá o trabalho acadêmico. Tal sistema tem por objetivo a melhora da qualidade, sendo referenciado em processos e não apenas em produtos, garantindo a participação de professores, estudantes e técnico-administrativos em sua elaboração e implementação...” (p.18)


- 
- Política de ensino “...caráter formador e crítico, ser presencial, para construir na interação com a pesquisa e a extensão, a autonomia do pensar e do fazer no exercício profissional e na ação social...” Manutenção e aperfeiçoamento da política de permanência estudantil para discentes provenientes da classe trabalhadora e participantes de ações afirmativas: “...dotação orçamentária específica para atender a demanda qualificada por alimentação, moradia, transporte, creche, bem como a destinação de bolsas, o acesso a bibliotecas e para garantir a participação plena dos estudantes na vida acadêmica...”(p.20)
 - Política de Ensino: Educação Técnica e Tecnológica “...a educação básica deve se estruturar em consonância com o avanço do conhecimento científico e tecnológico, fazendo da cultura técnica um componente da formação geral, definitivamente articulada com a produção de trabalho e renda.”(p.22)



- 
- 
- ▶ Fundamentos: “...o trabalho como princípio educativo, a escola unitária como diretriz organizativa e estrutural e a formação politécnica como práxis pedagógica.”(p.22)
 - ▶ Política de Ensino: Educação Técnica e Tecnológica “A educação técnica e tecnológica deve ser concebida como um processo de construção social que seja, a um só tempo, processo de qualificação profissional e de educação científica e ético-política. Um processo que considere a tecnologia como produção do ser social, isto é, produto das relações histórico-sociais e culturais de poder e propriedade e que, ao mesmo tempo, considere a educação como processo mediador que relaciona a base cognitiva e material da sociedade.”(p.22)

- 
- ▶ Política de Ensino: Educação Técnica e Tecnológica Trabalho como princípio educativo: “...faz-se necessário, em primeiro lugar, distinguir mundo do trabalho de mercado de trabalho. O trabalho, na perspectiva da análise crítica, possui dupla face: é a um só tempo princípio educativo e, na forma histórica contemporânea, fonte de exploração. Na dimensão ontológica, é um processo pelo qual o ser humano se faz e, de modo teleológico e pleno de significação, imprime sua ação sobre a natureza e o meio social, transformando-os e transformando a si próprio...”(p.22)
 - ▶ Política de Ensino: Educação Técnica e Tecnológica Formação unitária e politécnica: Compreensão de que os impactos tecnológicos não podem “...ser controlados unicamente a partir da ampliação do conhecimento e da informação, deixando de lado os interesses contraditórios que envolvem a questão. Basta ver que a produção, a utilização e o impacto das tecnologias não atingem uniformemente as sociedades, nem as classes sociais que as compõem, tampouco os diversos países.”(p.23)

- 
- 
- Muito se fala sobre a necessidade de construção de uma universidade popular. Mas o que entendemos por popular? O que seria uma universidade popular? O que é possível fazer hoje para que a universidade pública que conquistamos se aproxime de um projeto popular?
 - Segundo o Censo Educacional de 2022, os dados levantados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), identificou 2.595 instituições de ensino superior atuantes no Brasil: 1.449 são particulares com fins lucrativos, 834 sem fins lucrativos, 133 públicas estaduais, 120 federais e 59 municipais, o que em si já demonstra que a educação superior no Brasil está longe de ser popular.

- 
- A educação privada, que cresce de forma vertiginosa desde o período da ditadura empresarial-militar no Brasil (1964-1985), invertendo a pirâmide do ensino superior, que até a década de 1970 era majoritariamente pública, chega em 2022 com apenas 2.005.158 matrículas em instituições públicas e 6.908.128 matrículas em instituições privadas, de um total de 8.967.128 matrículas, segundo o resumo de apresentação do Censo Educacional do Ensino Superior de 2022. Ainda segundo o Censo 2022, dos 43.102 cursos existentes, apenas 10.254 estão em instituições públicas (federal, estadual, municipal) e 32.242 em instituições privadas.
 - Em 2022, **72% dos alunos que foram aprovados no ensino superior privado optaram por estudar à distância**, mostram dados do Censo da Educação Superior 2022, divulgados nesta terça-feira (10) pelo [Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais](#) Anísio Teixeira (Inep).
 - Nas licenciaturas (cursos de formação de professor), o índice foi ainda maior: 93,2%.

- 
- O Inep mostrou também que, **de cada cinco brasileiros de 18 a 24 anos, um está fora da escola mesmo sem ter concluído o ensino médio.**
 - O Censo da Educação Superior 2022 evidenciou que apenas **48,2% dos alunos brasileiros que concluíram o ensino médio em 2022 fizeram o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem)**, prova que possibilita o acesso a universidades públicas (por meio do Sisu) e particulares (por bolsas, no Prouni, e por financiamento, no Fies).
 - Em média, considerando os cursos de todas as áreas, aproximadamente **80% das vagas nas universidades privadas ficaram ociosas em 2022.** Entre as públicas, o índice foi de 30%.

- 
- 
- **EaD registra 3 milhões de ingressantes em 2022, revela Censo da Educação Superior**
 - **Modalidade esteve presente em 3.219 municípios brasileiros em 2022**
 - **A rede federal é a que mais preenche vagas nos processos para seleção de novos alunos de graduação. Na rede pública, 26,4% das vagas não são preenchidas. As vagas remanescentes têm taxas de ocupação bem inferiores. Cabe destacar que apenas 20,9% das mais de 135 mil vagas remanescentes da rede federal foram ocupadas. A rede privada conta com mais de 7,3 milhões de alunos, o que garante uma participação de 78% do sistema de educação superior.**



Número de Ingressantes – Universidades Federais – Gênero e Raça

Branca

Feminino – 57.802 / Masculino – 50.513

Preta

Feminino – 14.564 / Masculino – 11.602

Parda

Feminino – 47.808 / Masculino – 40.241

Amarela

Feminino – 1532 / Masculino – 1198

Indígena

Feminino – 1097 / Masculino – 1011

Não Dispõe Informação

Feminino – 13.503 / Masculino- 11.837



Número de Ingressantes – Universidades Estaduais – Gênero e Raça

Branca

Feminino – 33.565 / Masculino – 28.805

Preta

Feminino – 7.397/ Masculino – 5.533

Parda

Feminino – 25.863 / Masculino – 18.523

Amarela

Feminino – 1501 /Masculino – 1256

Indígena

Feminino – 479/ Masculino – 416

Não Dispõe Informação

Feminino –9.848 / Masculino-6597



Número de Ingressantes – Universidades Privadas com Fins Lucrativos– Gênero e Raça

Branca

Feminino – 377.629/ Masculino – 243.409

Preta

Feminino – 80.553/ Masculino – 58.387

Parda

Feminino – 335.402/ Masculino – 200.074

Amarela

Feminino – 22.000 /Masculino – 9577

Indígena

Feminino –4.813 / Masculino – 3.130

Não Dispõe Informação

Feminino – 296.500/ Masculino- 203.630



Número de Ingressantes – Universidades Privadas sem Fins Lucrativos– Gênero e Raça

Branca

Feminino – 92.997/ Masculino – 64.533

Preta

Feminino – 9.431/ Masculino – 6.743

Parda

Feminino – 41.567/ Masculino – 26.816

Amarela


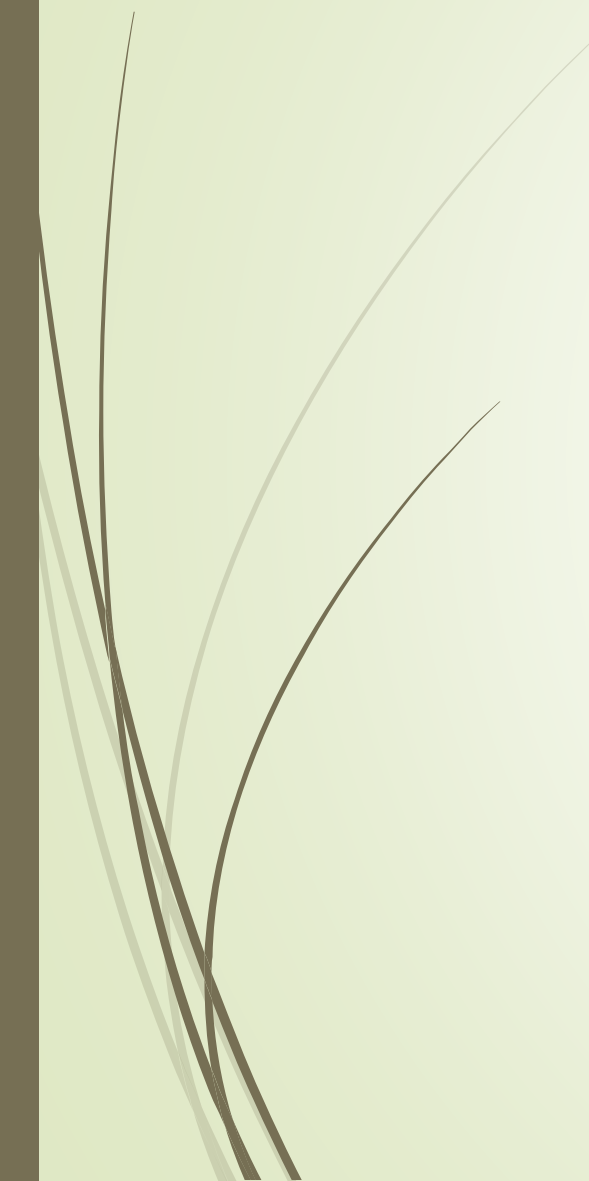
Feminino – 1918/Masculino – 1083

Indígena

Feminino – 1230/ Masculino – 789

Não Dispõe Informação

Feminino – 47.202/ Masculino- 30.188

- 
- 
- Grande desafio que temos é a reafirmação constante de que o pressuposto básico para a construção de uma Universidade popular é que o ensino seja público, gratuito, laico e universal. Essa é a luta histórica do movimento docente, que passa necessariamente: i) pela ampliação das instituições públicas de ensino com acesso universal; ii) pela reivindicação da verba pública exclusivamente para as instituições públicas; iii) pela luta contra as parcerias público-privadas nas instituições públicas como forma de desresponsabilização do Estado e de privatização não clássica; iv) pela recusa da venda de serviços e de educação por parte das instituições públicas; v) pela exigência de concursos públicos para o quadro docente e técnico-administrativo com estruturação das carreiras; vi) pela ampliação da assistência estudantil; vii) pela efetivação do tripé constitucional ensino-pesquisa-extensão; e viii) pela recomposição orçamentária para a educação, ciência e tecnologia.